

De uma margem à outra: rios, mapas e fronteiras na bacia platina (séculos XVI-XVII)

Tiago Bonato¹

Resumo: O amplo território percorrido pelos rios platinos e seus tributários configurava, nos séculos XVI e XVII, um imenso triângulo entre as vilas de São Vicente, no litoral sudeste da América portuguesa; Buenos Aires, na foz do estuário; e Assunção, no interior do continente, às margens do rio Paraguai. Desde os primeiros mapas e relatos quinhentistas, esse espaço foi predominantemente descrito e mapeado como um emaranhado de rios, um espaço que variou de península à mesopotâmia de terras quase ausentes, figurando no mais das vezes como via de acesso – desconhecida, misteriosa e por vezes mítica – ao interior do continente. Durante grande parte do período colonial, a região foi também fronteira mais ou menos indefinida dos impérios ibéricos na América. A partir das discussões recentes da historiografia da cartografia, da análise concomitante de mapas espanhóis e portugueses e, em outra escala de observação, da documentação escrita produzida no período, o objetivo do artigo é entender a dinâmica das fronteiras naquele território. A hipótese levantada é de que a utilização dos rios, percorridos como caminho pelos diversos atores sociais, ou cartografados nos mapas imperiais, parece ser uma das chaves para o entendimento das fronteiras que, nesse caso, são de diferentes naturezas: fronteiras entre os impérios ibéricos bem como fronteiras entre o mundo europeu e indígena e entre o conhecido e o desconhecido.

Palavras chave: história da cartografia; fronteira; Impérios ibéricos na América.

From one riverbank to the other: rivers, maps, and borders in the Platine basin (16th-17th centuries)

Abstract: The vast territory covered by the platinum rivers and its tributaries constituted, in the sixteenth and seventeenth centuries, an immense triangle between the villages of São Vicente, on the southeastern coast of Portuguese America; Buenos Aires, at the mouth of the estuary; and Assunción, inland, on the banks of the Paraguay River. From the earliest 16th-century maps and accounts, this space was described and mapped predominantly as a tangle of rivers, a space that ranged from the peninsula to the Mesopotamia of almost absent lands, often appearing as an access road - unknown, mysterious and sometimes mythical - to the interior of the continent. During much of the colonial period the region was also an indefinite frontier of the Iberian empires in America. From the recent discussions of the cartography historiography, the concomitant analysis of Spanish and Portuguese maps and, on another scale of observation, the written documentation produced in the period, the objective of the article is to understand the dynamics of the frontiers in that territory. The hypothesis raised is that the use of rivers, traveled as a way by the various social actors, or mapped on the imperial maps, seems to be one of the keys to the understanding of the borders that, in this case, are of different natures: frontiers

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. Professor do Colegiado do curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Email: bonatotiago@gmail.com.



between the Iberian empires , borders between the European and indigenous world and between the known and the unknown.

Keywords: History of cartography; borders; Iberian empires in America

Artigo recebido em: 30/11/2018

Artigo aprovado para publicação em: 11/02/2019

Em sua *Descripción de la gobernación del Rio de la Plata*, de 1581, o frei Juan de Rivadeneira propõe ao rei Felipe II uma divisão das províncias do rio da Prata. Para o franciscano, seriam necessários três governadores, com seus respectivos oficiais reais e ministros da Igreja para que pudessem satisfatoriamente “*visitar doctrinar y cumplir de justicia lo que a cada governacion cupiesse*” (AGI, PATRONATO, 294, n.14)² Em geral, a descrição do autor se preocupa com as possibilidades de comércio e produção de alimentos, com os metais preciosos e as potencialidades das regiões para beneficiamento de madeira e metais.

Outra questão sempre mencionada é a presença indígena ao redor dos povoados espanhóis e as possíveis *encomiendas* que poderiam ser dadas aos conquistadores. A primeira governação, segundo Rivadeneira, deveria começar junto ao rio e porto de São Francisco, na costa do Brasil. Se bem que, sendo São Vicente (“*que era del rey de Portugal*”) tão próxima, e sendo agora “*todo de um rey*”, podia também fazer parte dessa primeira governação, de modo que fosse possível um comércio com o Brasil, além de mais um ponto de penetração no território. Já no *campo*, a partir da subida da serra do mar pelo rio Itapocu, entre São Francisco e a Ilha de Santa Catarina, existiam dois caminhos: à mão direita, até São Vicente, ou à esquerda, “*hasta San Salvador, que es en el Rio de la Plata, fronteiro del puerto de Buenos Aires*” (AGI, PATRONATO, 294, n.14).

Esses caminhos parecem estruturar a primeira divisão proposta, que terminaria na margem norte do estuário platino. A importância de se estabelecer povoados espanhóis na costa atlântica já havia sido expressa por Jaime Rasquin no fim da década de 1550. Em carta de 13 de

² As referências às fontes manuscritas do AGI (*Archivo General de Índias*) seguem a notação utilizada no arquivo. Depois da sigla, o nome (nesse caso “Patronato”) representa o fundo no qual o documento está inserido; o primeiro número representa a caixa ou *legajo*; o segundo as divisões internas de cada caixa, quando existirem. Por serem documentos manuscritos, quase a totalidade não apresenta numeração de página.



janeiro de 1558, Rasquin escreve sobre os quatro povoados que teria oferecido ao rei – mas que não foram de fato fundados: um no porto de São Francisco, outro “trinta léguas mais acima do dito Rio da Prata, onde dizem El Biaza, por outro nome se chama Porto dos Patos” (AGI, CHARCAS, 27). O terceiro povoado, já entrando no estuário, seria São Gabriel e o último, rio acima, “*donde dizem Santispiritus*”. Entretanto, Rasquin prevê a conexão desses povoados com o mundo paraguaio, uma vez que “as ditas povoações que se devem fundar não se poderiam sustentar nem permanecer se não forem socorridas pela povoação de Guairá, por outro nome a Vila de Ontiveros” (AGI, CHARCAS, 27).³

A segunda governação proposta por Rivadeneira começaria na margem sul do estuário, no *Cabo Blanco*, passando pelo porto de Buenos Aires, indo ao fundo do estuário e chegando a Sete Correntes, local da confluência entre os rios Paraguai e Paraná, “*rios que dan el nombre a este rio de la plata*”, quase trezentas léguas do oceano. Rivadeneira supõe que essa governação seria a intermediação do mundo atlântico com o peruano, já que dá ênfase aos rios e aos caminhos para circular pela região de Tucumán, Chile e Peru (AGI, PATRONATO, 294, n.14). Por fim, a terceira partiria de Sete Correntes ao norte, incluindo Assunção e todas as terras por conhecer ao norte do rio Paraguai. Nesse trecho, o autor transcreve quase literalmente as recentes descobertas levadas a cabo pelo capitão Hernando Ribeira, em 1545, quando navegou pantanal adentro a mando do então governador Alvar Nuñez Cabeza de Vaca (RIBERA, 1902 [1545]).

A divisão proposta por Rivadeneira não foi a única durante o período. Outros agentes imperiais escreveram ao rei sobre a necessidade de dividir o imenso território platino para melhor administrá-lo.⁴ Como sabemos, em 1617 ocorreu a separação das províncias do Rio da

³ Existem outros vestígios das tentativas de povoamento daquele litoral na documentação do período, algumas prematuras, como o pedido de Gregório de Pesquera, natural de Burgos, para fazer plantações entre Santa Catarina e Cananea, em 21 de agosto de 1536. AGI, BUENOS AIRES, 1, Libro 1.

⁴ Utilizo aqui as noções de *espaço* e *território* pensadas por Milton Santos (2002 [1978]). Para o autor, o espaço deve ser considerado como uma categoria de análise ou como uma instância social, assim como a cultura, a política e a economia. O espaço, que é espaço geográfico, seria “a natureza modificada pelo homem através de seu trabalho. A concepção de uma natureza natural, onde o homem não existisse ou não fora o seu centro, cede lugar à ideia de uma construção permanente da natureza artificial ou social, sinônimo de espaço humano” (SANTOS, 2002, p.150). Já o território seria o espaço utilizado, historicizado pelo uso nas diferentes sociedades no decorrer do tempo, como por exemplo, o espaço de uma nação, de um Estado, se pensarmos no contexto do século XX, quando o autor escreveu a obra. Utilizando esse referencial e pensando no período colonial, Antônio Carlos Robert Moraes (2007)



Prata e da província do Paraguai ou Guairá.⁵ Essas tentativas e propostas de divisão trazem à tona o problema das fronteiras internas ao império espanhol.

Nada fácil de se resolver, a questão fica ainda mais complexa quando levamos em conta as outras *fronteiras* desse território. Para tentar lançar algumas luzes ao problema da fronteira, este artigo buscará diferenciar duas escalas de observação e duas abordagens da fronteira. No primeiro caso, os mapas e tratados do período trazem uma visão dos territórios e seus limites vistos de cima, muito próximos ao conceito de *ilusão do saber*, de Michel de Certeau (2008).⁶

Por outro lado, a documentação escrita e cartográfica produzida pela circulação de pessoas no espaço imperial permite entrever uma fronteira *ao rés do chão*, vivida e conflituosa. Além dessa diferenciação, outra que se mostrou pertinente a partir da documentação analisada foi a diferença entre a fronteira limite – no sentido de linha que delimita o território, põe termo, circunscreve e por isso mesmo pressupõe o outro lado, o vizinho – e a fronteira vetor, projetada rumo às áreas ainda não dominadas pelos europeus, frequentes no espaço platino ao longo dos dois primeiros séculos de colonização.

propõe o conceito de *fundos territoriais*, entendidos como reservas de espaço para a expansão da ação colonizadora. Somados ao território usado, os fundos territoriais compõem o próprio território colonial, área com pretensão de soberania das metrópoles europeias, normalmente com fronteiras estabelecidas nos mapas, sendo hipotéticas e vagas no terreno. Ainda segundo Moraes, “transformar estes fundos territoriais em território usado é uma diretriz que atravessa a formação histórica do Brasil, alçando-se mesmo à condição de um projeto estatal-nacional básico do país (MORAES, 2003, p.5).

⁵ As discussões, propostas e justificativas dessa divisão administrativa geraram farta documentação, reunida no AGI na caixa CHARCAS,112. Até o presente momento essa documentação não foi digitalizada.

⁶ “A que erótica do saber se liga o êxtase de ler tal cosmos? Apreciando-o violentamente, pergunto-me onde se origina o prazer de “ver o conjunto”, de superar, de totalizar o mais desmesurado dos textos humanos. Subir até o alto do World Trade Center é o mesmo que ser arrebatado até o domínio da cidade. O corpo não está mais enlaçado pelas ruas que o fazem rodar e girar segundo uma lei anônima; nem possuído, jogador ou jogado, pelo rumor de tantas diferenças e pelo nervosismo do tráfego nova-iorquino. Aquele que sobe até lá no alto foge à massa que carrega e tritura em si mesma toda identidade de autores ou de espectadores. Ícaro, acima dessas águas, pode agora ignorar as astúcias de Dédalo em labirintos móveis e sem fim. Sua elevação o transfigura em voyeur. Coloca-o à distância. Muda num texto que se tem diante de si, sob os olhos, o mundo que enfeitiçava e pelo qual se estava “possuído”. Ela permite lê-lo, ser um Olhar solar, um olhar divino. Exaltação de uma pulsão escópica e gnóstica. Ser apenas este ponto que vê, eis a ficção do saber”. (CERTEAU, 1980, p.170). A preocupação original do autor está relacionada à sua busca incessante pelas práticas comuns dos cidadãos franceses no espaço urbano. É dessas reflexões que surge a ideia da ficção do saber, exemplifica no trecho acima a partir da vista do alto do antigo World Trade Center. Entretanto, acredito na pertinência dessas reflexões quando tratamos da documentação cartográfica, como demonstrado em Bonato (2018).



Tratados e fronteiras: separando os impérios ibéricos

Segundo Tamar Herzog (2015), foram utilizados em geral dois critérios para formar e delimitar os territórios portugueses e espanhóis na América. O primeiro deles, formal, com tratados e bulas, constrói um modelo abstrato de delimitação. Todas as fronteiras são *abstrações*, uma vez que são construções sociais. Nesse caso, entretanto, não se sabe onde exatamente a fronteira passa no interior dos espaços não ocupados pelos europeus. Método identificado na Bula *Inter Coetera*, de 1493, ou no Tratado de Tordesilhas de 1494 (HERZOG, 2015, p.26). Outro critério, que deriva de uma tradição jurídica medieval, está ligado ao direito por meio da posse da terra, princípio explicitado no Tratado de Madri, de 1750.⁷ Nenhum dos dois era claro o suficiente para evitar problemas. Juan Bautista Gésio, geógrafo italiano a serviço de Felipe II, escreveu uma *Descripción de la provincia del Brasil* em 1579, na qual tratou sobre a linha demarcatória de Tordesilhas e construiu um panorama das diferentes posições a respeito dela.

O texto do autor deixa clara a dificuldade de se estabelecer o meridiano dos limites territoriais pela enorme discrepância dos dados obtidos por diferentes geógrafos e pilotos. Segundo a estimativa de homens “fidedignos e sem suspeita, experimentados na cosmografia e na arte de navegar”, a distância entre o ponto mais oriental da terra do Brasil, o cabo de Santo Agostinho, e o cabo mais ocidental da terra da África, o Cabo Verde, é de seiscentas léguas. Todavia, “segundo a observação matemática com instrumentos astrológicos, se tem observado, pelas aparências do céu” que essa distância poderia ser maior. Mas existiriam ainda outras opiniões. Para o autor, os antigos hidrógrafos portugueses, autores de cartas de navegar pretendiam que a maior parte da terra do Brasil coubesse ao rei de Portugal e, para isso, “abreviaram a longitude e distâncias que há entre esses dois cabos”, de modo que em seus

⁷ Alguns tratados, como o de Santo Ildefonso (1777), combinavam os dois critérios, segundo a autora. A enorme documentação produzida no período colonial a respeito dos tratados diplomáticos entre Portugal e Espanha, notadamente do Tratado de Tordesilhas, bem como as polêmicas e discussões historiográficas posteriores tornam bastante complexa a tarefa de tratar desse assunto. Dessa forma, longe de fazer qualquer levantamento ou análise definitiva do tema, optei por utilizar a abordagem de Tamar Herzog, no trabalho supracitado, por entender que ela é suficiente para responder as questões aqui levantadas. Também deixo de lado a questão da tensão entre os estados ibéricos e os demais estados europeus, excluídos da repartição do mundo feita pelo papa. Essa discussão pode ser acompanhada em OLARTE (2013, principalmente pp.195 e seguintes).



mapas, a parte portuguesa entrasse duzentas léguas a oeste do Cabo de Santo Agostinho, com o meridiano de demarcação passando junto ao rio *Maranon* e “quase por São Vicente” (AGI, PATRONATO, 29, r.32).

Não contentes com a alteração de seus antecessores, os modernos hidrógrafos portugueses alargariam ainda mais os limites de seu território, ao oriente nas Molucas e ao ocidente no Brasil. Para isso, diminuíram ainda mais a distância entre África e Brasil, fazendo a linha de divisão passar “pela boca do rio de Orillana e pelo Rio da Prata”. Gésio afirma que as duas posições são “*falsas de indústria y maliciosamente hechas*” pelos portugueses, enganando até mesmo os hidrógrafos castelhanos que fizeram suas cartas seguindo tal demarcação. Utilizando dados de João de Barros, “*cosmographo y historiador português, al qual se deve dar mas credito que a otro portugues*” (AGI, PATRONATO, 29, r.32), Gésio afirma que a linha deveria entrar setenta léguas de longitude no Brasil, passando por Cabo Frio ou pela Baía de Todos os Santos “*y todo lo demas del Brasil cayeria en el repartimento de Castilla*”. Alguns “*cosmógrafos italianos*”, por sua vez, “*que nevegaron muchas vezes por esta mar y por estas derrotas del Brasil, son de outra opinion*”.

Por estimativa de navegação calculam que o meridiano demarcatório passe a vinte léguas a oeste do cabo de Santo Agostinho, opinião com a qual concorda Sebastião Caboto (AGI, PATRONATO, 29, r.32). Existe ainda outro cálculo, estabelecido pela observação de Amerigo Vespúcio, em Cabo frio, “*con el astrolábio y quadrante*”, no qual “*todo el Brasil cae en la demarcación de Castilla y que el meridian del repartimiento passa ao oriente del cabo de Santo Agustin, no tocando nada del Brasil*” (AGI, PATRONATO, 29, r.32).

As mesmas dúvidas em relação aos limites podem ser vistas nas descrições da região platina. Já no início do século XVII, Antonio de Herrera escreveu sobre “as províncias del rio de la Plata y del Brasil”, em sua *Descripcion de las Índias Occidentales*. Segundo o autor, “estas Provincias se juntan con las del Brasil, por la Linea de la Demarcación: no tienen por parte ninguna limites determinados, sino por la Costa que cae a la Mar del Norte, y entrada del Rio de la Plata, del qual ha tomado nombre la Tierra” (HERRERA, 1730 [1601], p.52).

Os problemas em se estabelecer o meridiano de demarcação eram ainda mais complexos se consideradas as diferentes conversões de medidas e unidades utilizadas nos cálculos. Isso



fica evidente em um parecer apresentado em 1524, provavelmente na Junta de Badajoz, reunião diplomática entre as coroas de Portugal e Espanha para tentar resolver os problemas da demarcação de seus territórios, pelos pilotos Tomás Duran, Sebastián Caboto e Juan Vespúcio.

O documento assinado pelo trio afirma que “primeiramente tenemos de graduar las léguas e darle menos léguas que pudiezemos al grado del cielo”. Além disso, o cálculo cosmográfico não é o mesmo que “comumente usam los marineros en Portugal como en castilla que dan a cada grado del cielo diez y siete léguas e media e al primer rumbo despues del norte dan diez y ocho y media y al nonordeste dan venti” (AGI, PATRONATO, 48, R.14). Em terra, um dos mais importantes usos das cartas dizia respeito à diplomacia. Segundo Maurício Olarte (2013), “las cartas fueron dispositivos útiles para la definición de limites y posesiones y resultaron esenciales en los tratados diplomáticos, siendo el más apremiante debate geográfico y político de su tiempo la definición de la línea divisória entre las posesiones de Portugal y las de Espana.” (p.195).

Além de todos os problemas de medição, os sucessivos tratados levantavam importantes questões jurídicas: com exceção do Tratado de Utrech, de 1715, nenhum dos tratados assinados fazia menção ao cancelamento das premissas dos anteriores. Dessa forma, era difícil saber quais cláusulas de quais tratados ainda valiam (HERZOG, 2015, p.31). Mesmo depois que todos os problemas de cálculos fossem resolvidos, as distâncias fossem consenso entre as partes e a superposição de tratados não atrapalhasse, ainda era preciso colocar no chão, marcar o território com a linha divisória, o que traria visivelmente uma nova série de impasses.

As fronteiras platinas (de)marcadas na cartografia

Uma das formas encontradas pelos impérios modernos para dar visibilidade às suas fronteiras – estabelecidas ou pretendidas – foi a cartografia. No caso platino, as dinâmicas dessas fronteiras parecem estar ligadas ao traçado dos rios da região nos mapas e planisférios imperiais. Muito se tem discutido sobre as mais diversas questões teóricas e metodológicas que envolvem o estudo da cartografia histórica, desde os estudos seminais de J. Harley (2005), publicados originalmente durante as décadas de 1980 e 1990, até os desdobramentos da chamada



nova história da cartografia e suas implicações tanto no estudo dos impérios ibéricos (PADRON, 2004) quanto na configuração dos territórios sul americanos (LOIS, 2014; VEGA, 2014). A partir desses pressupostos, alguns mapas produzidos por portugueses e espanhóis no período se tornam significativos para a análise das fronteiras.

Nos mapas do continente sul americano da década de 1520, o rio da Prata era apenas uma ruptura na linha costeira, representado de forma variada, mais ou menos perceptível – pese sua presença constante. Na década seguinte, essa concepção mudou, traçando as linhas gerais de alguns modelos de representação que seguiriam, sem muitas alterações significativas, até o último quartel do século. É possível pensar no termo *invenção* da bacia platina para retomar as discussões de O’Gormann (1992 [1958]) a respeito da incorporação da América no imaginário europeu. Da mesma forma, penso que a aparição do rio da Prata nos mapas do século XVI é um processo que envolveu muito mais que a constatação do rio pelas expedições exploradoras e sua posterior descrição ou desenho nos documentos cartográficos. As décadas de tentativas, sempre envolvidas pela aura mítica e misteriosa de um grande curso fluvial cujas nascentes se localizavam em algum lugar remoto e desconhecido no interior do continente, mostram que a gestação e invenção da ideia de uma bacia platina ocorreu também no imaginário de exploradores e cartógrafos europeus, para só depois serem incorporados os dados da realidade fluvial da região descritos nos relatos de viagens.

É na produção cartográfica de Diogo Ribeiro que essa mudança fica mais visível. Ribeiro foi o primeiro cartógrafo a ser nomeado como “cosmógrafo e mestre de fazer cartas, astrolábios e outros instrumentos de navegação” da *Casa de la Contratación* de Sevilha, pelo imperador Carlos V em 1523. Não deixa de ser interessante o fato de que Ribeiro era português e provavelmente já era cartógrafo em Portugal antes de servir à Espanha, em 1519 (CORTESÃO; MOTA, 1987 [1960], pp.87-94). Em um de seus planisférios, datado de 1527, não consta seu nome, mas apenas uma indicação que “Hizola un cosmógrafo de su magestad anno MDXXVII en Sevilla”. De sua autoria são conhecidos e atribuídos quatro planisférios, além de uma carta do hemisfério ocidental de atribuição polêmica.



Os planisférios são datados de 1525, 1527 e dois de 1529.⁸ As cartas de Ribeiro são conhecidas por sua precisão em relação às descobertas mais recentes do império espanhol. O extremo sul do continente americano, já percorrido e atravessado por expedições exploratórias, incluindo a de Fernão de Magalhães em sua volta ao mundo, aparece em todos os seus mapas, que foram também os primeiros a incorporar as notícias de exploração do estuário platino.

Se a expedição de Juan de Sólís de 1516 não teve muito êxito na exploração, Sebastião Caboto conseguiu subir o rio em 1526. A história da expedição é bastante conhecida. Caboto foi enviado pela Coroa espanhola com a missão de realizar a mesma rota de Magalhães e Elcano, pelo extremo sul do continente americano. Na ilha de Santa Catarina, uma das caravelas se perdeu durante uma tempestade, sendo que, após alguma hesitação, o navegador decidiu descumprir as ordens reais e explorar o estuário platino, à época conhecido também por rio de Sólís. Diferentes motivos já foram atribuídos pela historiografia à decisão de Caboto, como a dificuldade de se realizar a volta ao mundo perdendo uma nau logo no início da viagem, ou, o que seria também plausível no período, a tomada de conhecimento das sedutoras narrativas sobre a serra de prata, Aleixo Garcia e o rei Branco, ao que parecem bastante difundidas entre os europeus que habitavam a ilha catarinense (NOWELL, 1946).

A carta escrita por um dos tripulantes de Caboto, Luiz Ramirez, em 1528, dá mais detalhes sobre a conversa entre o capitão e os náufragos de Sólís. A carta é também um dos primeiros documentos conhecidos que descreve a região. Segundo o autor, informando sobre as notícias dadas à armada pelos náufragos, existia continente adentro uma região onde se poderiam encher os navios de ouro e prata. O caminho era através dos rios: “entrando pelo rio de Sólís iríamos dar num rio que chamam Paraná, que é caudalossíssimo e entra no Sólís com vinte e duas bocas”. Por seu tamanho, era possível subir o rio Paraná com as embarcações e dali procurar as terras repletas de riquezas, uma vez que “o dito rio Paraná e outros que nele deságuam vão a confinar com uma serra onde muitos índios costumam ir e vir e que nesta serra havia muito metal” (RAMIREZ, 2007 (1528), p.45).

⁸ Os mapas são conhecidos como: Carta del Navegare Universalissima et diligentissima [1525]; Planisfério de 1527, Mantua (citado por Cortesão e Mota); Carta Universal de Diogo Ribeiro [1529], Biblioteca Vaticana, Roma; e Carta Universal de Diogo Ribeiro [1529] Thuringische Landesbibliothek, Weimar.

Recolhendo as informações e notícias fabulosas do interior do continente, a expedição partiu rio de Sólis acima. Nesse momento, há uma confusão entre os limites e a toponímia dos rio de Sólis e Paraná. Caboto funda, sessenta léguas dentro do rio Paraná, a fortaleza de Sant Spiritus, primeiro assento espanhol na região e presente na maior parte dos mapas do séc. XVI. A fortaleza foi fundada próxima a um afluente do Paraná chamado de Carcarañal, rio que segundo os índios viria da serra. (RAMIREZ, 2007 (1528), p.49).

Era bastante conveniente aos planos espanhóis, e particularmente de Caboto, que todos os afluentes da margem esquerda do Paraná viessem da serra. Nesse ponto é difícil saber se estamos diante de um conhecimento prático do território ou de uma geografia desejada, aspectos bastante mesclados nas primeiras explorações e mapas platinos. É nesse momento também que os espanhóis escutam dos índios que a serra encontrava o mar pelo outro lado, depois de um revelo bastante abrupto (“e crecía y menguaba mucho y muy súbito”). Segundo Ramirez, Caboto logo intuiu que se tratasse do *mar del sur*.

A partir de Sant Spiritus, Caboto inicia uma série de explorações para saber se era possível caminhar por aquelas terras e chegar às serras. As informações indígenas o fazem concluir que o melhor e mais breve caminho seria mesmo “por el rio Paraná arriba y de allí entra por outro que entra nele y que se disse el Paraguay”. Partindo desse caminho, depois de entrar no rio Paraguai navegam até a boca de um rio chamado Hepetín, que na linguagem indígena quer dizer rio barrento.⁹ As tentativas de subir o rio ainda mais acabam como tantas outras daquele período: ataques dos incontáveis grupos indígenas da região e o retorno dos sobreviventes até o porto mais próximo. No caso da expedição de Caboto, Ramirez afirma ao final de sua carta, alimentando o imaginário mítico da região, que desde onde foram atacados pelos índios até a serra não haveriam mais de vinte léguas.

Além dos quatro planisférios mencionados, há ainda outro mapa, datado de c.1535, o qual Cortesão e Mota, na coleção *Portugaliae Monumenta Cartographica* (PMC) atribuem a Diogo Ribeiro fixando sua data de produção em 1532. Luiza Martin-Merás (1992) acredita que

⁹ Nos mapas do período constantemente aparece o topônimo “Leperin” para nomear um dos rios da região. Como o rio aparece em várias localizações diferentes nos mapas, só é possível intuir que se trate de uma derivação desse nome.

a atribuição de autoria não parece tão segura, já que mesmo apresentando várias características dos mapas de Ribeiro, na carta de c.1535 não figuram muitas outras, como as legendas cartográficas e a decoração com elementos astronômicos. A autora atribui o mapa a Alonso de Chaves, cosmógrafo da Casa naquele momento, e que poderia ter imitado as características formais dos mapas de seu antecessor, Ribeiro (MARTÍN-MERÁS, 1992, p.100). Dessa forma, uma vez que o mapa de 1535 também é produção da Casa e seus traços são bastante similares aos de 1529, independentemente da autoria, pode ser usado aqui em conjunto com os demais quatro mapas de Diogo Ribeiro.

Se os relatos mostram as entradas e o desejo de chegar às terras ricas em ouro e prata, a cartografia acompanha esse processo. Colocando lado a lado os planisférios de Diogo Ribeiro e o de Alonso Chaves, datados de 1525, 1527, dois de 1529 e de c.1535, o alongamento dos rios em direção às serras andinas fica bastante visível, bem como a grande mudança da configuração dos rios a partir do planisfério de 1529, possível reflexo das explorações de Caboto (Figura 1 e 2).¹⁰

¹⁰ Em seu livro “A fundação de São Paulo, capital geográfica do Brasil”, Jaime Cortesão utiliza o contorno de quatro mapas (dois de Ribeiro, de 1527 e 1529, um de Sebastião Caboto que ele data de 1528, e um de Gaspar Viegas, de 1534) para acompanhar o que ele chama de “evolução” do traçado do rio da Prata. Sem buscar a evolução ou uma suposta aproximação com a realidade, utilizo aqui o mesmo artifício para acompanhar os traçados dos rios platinos nos mapas de Diogo Ribeiro (CORTESÃO, 1955, p.72).



Figura 1 - Detalhes dos planisférios de Diogo Ribeiro (a) 1525; (b) 1527; (c) 1529; (d) 1529; e Alonso de Chaves (e) c.1535.

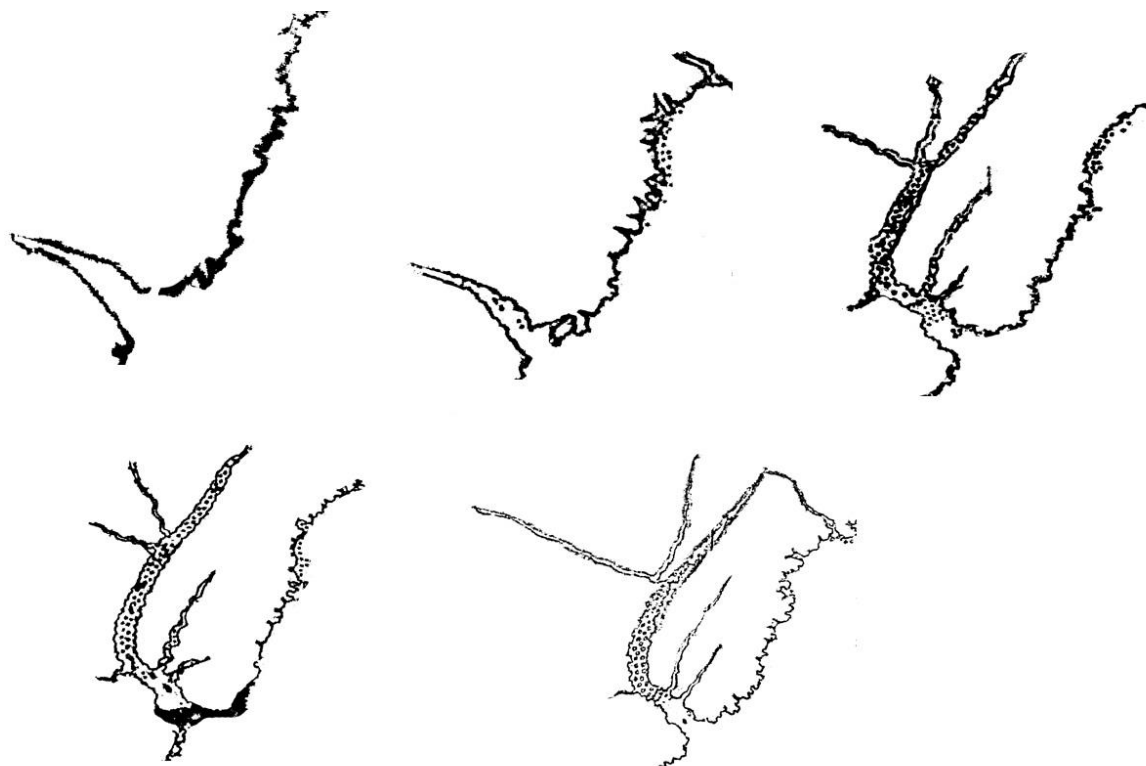


Figura 2 - Detalhes dos planisférios de Diogo Ribeiro (a) 1525; (b) 1527; (c) 1529; (d) 1529; e Alonso de Chaves (e) c.1535, com destaque para o contorno dos rios platinos.

A bacia platina na carta de c.1535 (e) tem um traçado bastante similar ao das cartas de Ribeiro de 1529 (c e d), incluindo dois detalhes importantes. Primeiramente um alongamento maior do rio à esquerda do Paraguai, em direção ao interior do continente. Em segundo lugar, um grande curso fluvial que, a partir da costa, na altura do Rio de Janeiro, entra no território até tocar no rio Paraná. Mesmo que não tenha sido apropriado nos mapas do restante do século, como foram os tributários do Prata, o rio *San Sebastien* sugere, com mais de um século de antecedência, um caminho fluvial a partir da costa, próximo ao percorrido pelo governador do Paraguai Luis de Céspedes e Xeria, tratado adiante. Em conjunto, os mapas parecem sugerir que estamos diante de um tipo especial de dinâmica de fronteira, a fronteira que *avança*, mais que delimita, rumo aos fundos territoriais ainda não dominados – mas bastante desejados – do interior do continente. Não se encontram referências ao território português.

Em Portugal, a *invenção* platina na cartografia se dá alguns anos depois, a partir do mapa de Gaspar Viegas, de 1534. A carta se tornou uma das peças fundamentais da formação territorial da América portuguesa. Pouco ou nada se sabe sobre o cartógrafo, uma vez que o mapa datado e assinado de outubro de 1534 é o único vestígio documental da sua vida, que seria inteiramente ignorada não fosse a referida carta, atualmente arquivada no acervo da Biblioteca Nacional de Paris.

Além desse, outros dois mapas incluídos em dois atlas de 1537, um no acervo do *Archivio di Stato* e outro na *Biblioteca Riccardiana*, ambos em Florença, são atribuídos pelos autores da *PMC* ao mesmo cartógrafo. Nessas cartas, a configuração da bacia platina é bastante semelhante em relação à de 1534 (CORTESÃO; MOTA, 1987 [1960], pp.117-120). O mapa é centrado no Atlântico, mostrando a África e Europa à direita e à esquerda, o extremo nordeste da América do Norte, a Terra Nova e o continente sul-americano, subdimensionado (Figura 3).



Figura 3 - Detalhe da Carta Atlântica de Gaspar Viegas (1534). Bibliothèque Nationale de Paris

O mapa é um reflexo direto da exploração feita por Martin Afonso de Souza entre os anos de 1530 e 1533 na costa sul americana. A expedição seguiu até as proximidades do rio da Prata, onde uma tempestade fez com que Martin Afonso ficasse em terra e enviasse seu irmão, Pero Lopes, autor do diário da expedição, rio da Prata adentro. No retorno da viagem, Martin Afonso funda então a vila de São Vicente, no atual litoral paulista (SOUZA, 1839 (1530), p.58).



Dois personagens bastante instigantes fizeram parte dessa exploração. O piloto Enrique Montes ofereceu à armada de Martin Afonso o mesmo serviço que havia realizado anos atrás com a expedição espanhola de Sebastião Caboto, conduzindo os europeus estuário adentro até a boca do rio Paraná. Pouco se sabe sobre ele. Sobre o também piloto Gonçalo de Acosta, ou da Costa, também chamado de *Bacharel*, as referências se multiplicam nas fontes coevas. O piloto acompanhou o capitão espanhol Diego Garcia Moguer ao rio da Prata em fins da década de 1520, na expedição na qual este juntou seus homens aos de Caboto no rio Paraná para tentar alcançar as serras de prata.

Diego Garcia afirmou que Acosta já vivia no litoral vicentino há duas décadas. Depois de retornar à Espanha, o bacharel se colocou a serviço de Carlos V e esteve presente em outros episódios importantes da exploração platina, acompanhando Pedro de Mendoza na expedição de 1535 e Alvarez Nuñez Cabeza de Vaca em 1540, sempre como *língua* e piloto. O personagem foi responsável pelo reconhecimento dos caminhos que seguiriam as entradas enviadas por Martim Afonso de Souza no litoral vicentino e do próprio *adelantado* Cabeza de Vaca do litoral de Santa Catarina até Assunção (CORTESÃO, 1955, p.95).

Os objetivos da viagem de Martin Afonso nos dão algumas pistas sobre o traçado da bacia platina no mapa de Viegas. Em carta de 1531, a Imperatriz Isabel, mulher de Carlos V, dá notícias ao embaixador espanhol em Portugal, Lope Hurtado de Mendoza, sobre os objetivos da Coroa lusitana com o envio de Martin Afonso de Souza ao litoral sul. Segundo ela, a expedição tinha entre seus motivos “construir algumas fortalezas nos portos, como o porto de São Vicente, porque levavam muita artilharia grossa e porque, desde esse porto, que está na sua demarcação, pensavam entrar por terra ao rio da Prata” (CORTESÃO, 1955, p.250).¹¹

A configuração dos rios no mapa de Viegas difere em alguns aspectos importantes da representação feita por Diogo Ribeiro em 1529. Além da toponímia interior, inexistente no mapa português – prática que se repetirá em grande parte dos mapas no decorrer do século –, a disposição e o tamanho dos rios são visivelmente diferentes. No mapa de Ribeiro, vemos logo

¹¹ Trata-se da “Carta da Imperatriz ao embaixador em Portugal sobre os objetivos da expedição de Martin Afonso de Sousa. 17 de fevereiro de 1531”. Cortesão anexou a versão original da carta, em espanhol, e outra versão traduzida.

à entrada do estuário dois rios que vão ao norte, nomeados de rio Negro e rio Huruay. Depois, o “*gran rio de Paraná*” apresenta uma curvatura que o coloca paralelamente à costa, seguindo ao norte. À sua esquerda partem dois outros grandes cursos fluviais: um paralelo, ao norte, nomeado de Paraguai; e um perpendicular, orientado totalmente ao oeste, chamado de “*Rio del Eperi*”, certamente o rio Heperín, ou rio barrento, citado por Luis Ramirez em sua carta de 1528.

Na carta de Viegas, a primeira diferença que salta aos olhos é o tamanho dos rios, com sua forma bastante alargada. Sobre sua configuração, Jaime Cortesão afirma que “pela primeira vez, uma carta geográfica mostra, desaguardo no estuário da Prata, o Uruguai, o Paraná e o Paraguai” (CORTESÃO, [1957], p.327). A afirmação só vale para a cartografia portuguesa, apesar de o autor não fazer a ressalva, já que o mapa de Ribeiro apresenta, em 1529, os três rios desaguardo no Prata em proporções menores. É necessário lembrar que nenhum dos rios do interior é nomeado no mapa de Viegas. Para autores da PMC, acompanhando a análise de Jaime Cortesão em sua obra *A fundação de São Paulo*, de 1955, um dos pontos a se salientar no mapa é justamente o traçado do rio da Prata. Segundo Armando Cortesão e Avelino Teixeira Mota,

distinto do que se vê em cartas anteriores e mais perto da realidade, com o Rio Paraguai prolongando-se mais para o norte e o Rio Paraná terminando em três braços, um deles aproximando-se do Porto de S. Vicente e representando certamente o Tietê” (CORTESÃO; MOTA, 1987, p.116).

No trabalho citado, Jaime Cortesão afirma que o cartógrafo “faz terminar o curso do Paraná, por forma aproximada da realidade, em três afluentes que banham o espaço, hoje correspondente aos Estados de São Paulo e de Minas Gerais”. Além disso,

sobrepondo a carta de Gaspar Viegas ao mapa atual do Brasil, pode verificar-se que, nas suas linhas gerais e caracteres de posição em relação ao Paraná e ao litoral, o mais meridional dos afluentes em que este rio termina coincide com o Anhembi ou Tiete (CORTESÃO, 1955, p.158)

Difícil confirmar ou refutar tal hipótese sem dados adicionais, mesmo porque o relato de Pero Lopes indica uma entrada da expedição no Prata apenas até as proximidades da boca do rio Paraná, em uma paragem nomeada de *estreito dos carandins*. Cortesão, entretanto, já esperava essa desconfiança e se defende do “leitor cético”, que poderia



alegar que no mapa esse afluente aparece inominado e reduzido no comprimento. Responderemos que inominado figuram os próprios Paraná e Paraguai, e que também os seus cursos são ali traçados por forma esquemática, mas a que não pode negar-se realismo geográfico. Esquemática era toda a cartografia dessa época (CORTESÃO, 1955, p.158)

Outras duas afirmações de Jaime Cortesão podem nos levar a uma reflexão mais profunda da questão. Segundo ele, ainda tratando do mapa de Viegas, “o curso do Paraguai dirige-se mais realisticamente para o norte e numa profundidade bem maior do que na referida carta de Diogo Ribeiro”. E, um pouco mais adiante, “destes notáveis avanços cartográficos, o de maior interesse, em relação às duas fundações de Martim Afonso, é o traçado dos afluentes terminais do Paraná que se dirigem para a costa.” (CORTESÃO, 1955, p.158)

Penso que aqui residem dois pontos cruciais das diferenças entre os mapas de Ribeiro e Viegas, que fundarão modelos de representação espacial diferenciados. O mapa de Viegas – e os mapas portugueses das décadas seguintes, como veremos – de fato apresentarão os rios da bacia platina tendendo a se esticarem ao norte e à leste. Ao norte, principalmente o Paraguai, os rios correrão para o meio do continente e cada vez mais ao encontro da bacia Amazônica. À leste fluirão os tributários do Paraná, como frisou Cortesão. Ainda mais evidente é o traçado do rio Uruguai: se é representado bastante reduzido nos mapas espanhóis, nos mapas portugueses ganha corpo e se aproxima da costa. Isso é bastante visível se observarmos novamente o mapa de Viegas.

Esses dados permitem formular a hipótese de que para a cartografia portuguesa dessa primeira metade do século XVI, era bastante importante mostrar uma facilidade de acesso aos rios a partir do litoral sul. Se na costa o meridiano de Tordesilhas, apesar de incerto, havia algumas balizas de fixação aproximadas, no interior do território a linha era muito mais fluida e as explorações poderiam ser conduzidas. O mesmo vale para a tentativa de representar os rios correndo ao norte e, mais que isso, a ausência de rios indo em direção à oeste – com exceção de um pequeno curso fluvial saindo do Paraguai. Aqui parece residir uma ideia de fronteira que é linha, que delimita o território português *naturalmente* e o separa do território espanhol. A forma mais acabada dessa noção de fronteira é o fenômeno bastante estudado da *ilha-brasil* (CORTESÃO, [1957]; COSTA, 1999; KANTOR, 2007; BONATO, 2018).



De outro lado, parece visível, ainda mais retornando à análise das figuras 1 e 2, com os detalhes dos mapas de Diogo Ribeiro, que no caso espanhol o processo foi o inverso. Enquanto o rio Uruguai e os tributários da margem direita do Paraná ganham pouca atenção, os rios que vão à oeste em direção à serra platina ficam visíveis, mostrando o caminho já apontado pelos náufragos da Ilha de Santa Catarina e descrito por Luiz Ramirez – uma fronteira vetor, entrando no território.

Esses dois mapas – de Ribeiro de 1529 e de Viegas de 1535 – podem ser tomados como modelos fundamentais do espaço platino, nos quais os projetos, as ambições e, mais que isso, os desejos dos impérios ibéricos tomam rumos diferentes. Enquanto portugueses parecem preocupados em explorar sua parte do território americano a partir da costa, delimitando seu território, os cartógrafos espanhóis parecem querer mostrar o caminho natural dos rios que levam às serras fabulosas e desconhecidas, repletas de ouro e prata.

Antes de concluir essa parte, é preciso ainda empreender uma última reflexão. Ao final da segunda parte da *Fundação de São Paulo*, “Martin Afonso e a primeira solução realista do problema de Tordesilhas”, Jaime Cortesão conclui que o explorador “ergue-se no átrio da história da colonização portuguesa do Brasil, como o homem que relanceou as grandes possibilidades da fundação de Piratininga”. O tom que dota Martin Afonso de uma capacidade visionária é confirmado logo abaixo: “Toda a história da metrópole da expansão geográfica brasileira estava em germe na consciência geopolítica do fundador” (CORTESÃO, 1955, p.158).

Deixando de lado as questões teleológicas a respeito de um *germe geopolítico*, importa aqui investigar de onde veio a *intuição* de Martin Afonso quando da fundação da vila, que de fato foi estabelecida em local que se mostrou estratégico para as explorações território adentro. A resposta o próprio autor nos dá ao falar sobre um certo índio escravizado de nome Francisco, propriedade de Gonzalo de Acosta, e sua atuação na expedição do *adelantado* Alvarez Nuñez:

O índio Francisco, cujo nome uma ação casual e generosa, em momento de aflição coletiva, salvou do esquecimento, não passa dum dos muitos elos históricos, quase sempre calados ou ignorados pelos cronistas, mas que forneceram os ensinamentos geográficos que dirigiram os pioneiros europeus nas suas primeiras e profundas penetrações no interior do continente (CORTESÃO, 1955, p.100)



Uma década depois, em outra obra seminal, *História do Brasil nos Velhos Mapas*, Cortesão volta a afirmar a importância dos informantes indígenas. Segundo ele, o “notabilíssimo traçado” da bacia platina no mapa de Viegas de 1534 “se deve em boa parte a informes indígenas, já que não é possível atribuí-lo exclusivamente a explorações de espanhóis ou portugueses”. Todavia, mais uma vez conclui que “Melhor diríamos que se devem a João Ramalho, o luso indianizado e a mais direto precursor de Martin Afonso na fundação de São Vicente” (CORTESÃO, [1957], p.329). Apesar dessas ressalvas, o tom geral da obra de Cortesão é de uma visão mítica que enaltece o gênio colonizador do português como elemento principal da interiorização territorial. As contribuições indígenas aparecem, mas são colocadas num quadro de primitivismo não dinâmico, quase pré-histórico (RIBEIRO, 2015).¹²

A despeito das escolhas do autor – frutos de determinado contexto histórico – de colocar os lusos como personagens centrais na ação do conhecimento geográfico sul-americano, é evidente nas fontes do período que os informantes e detentores do conhecimento geográfico eram obviamente os moradores locais, mais ainda no caso português, já que não se conhecem nesse período expedições exploratórias nos rio Paraná e Paraguai. Os contatos e as relações entre europeus e indígenas sugerem uma segunda forma de legitimar o território e, em alguma medida, processos diferentes de concepção da fronteira. Não mais a partir de tratados diplomáticos ou mapas que ilustram a *ficção do saber*, mas a partir do uso e da circulação na terra, a análise nos fornece pistas sobre a dinâmica da fronteira no cotidiano dos agentes imperiais, uma fronteira ao rés do chão.

¹² Ribeiro (2015), ao analisar a produção intelectual de Cortesão, destaca a importância da exposição histórica em comemoração ao IV Centenário da cidade de São Paulo, em 1954, como materialidade narrativa do projeto historiográfico de Cortesão. O intelectual português, sempre esteve mais ligado às instituições políticas durante seu exílio no Brasil, como o Itamaré e a Biblioteca Nacional, do que dos círculos acadêmicos que se formavam no país àquela altura. As ideias e obras desenvolvidas por Sérgio Buarque de Holanda, no mesmo período, discordam de algumas premissas básicas de Cortesão, notadamente no que diz respeito à relação entre portugueses, paulistas e indígenas no processo de colonização (RIBEIRO, 2015).



Circulação e fronteira

Se o critério de tratados formais para legitimar a primazia do território causava imprecisões, tampouco o critério da posse efetiva, da utilização da terra estava isento de complicações. Segundo Herzog (2015), a questão principal seria deslocada: o que, de fato, dava direito à reivindicação de posse de determinado território? Para responder a essa pergunta, a autora focou a análise nos processos do cotidiano dos agentes imperiais em regiões de fronteira. Segundo ela, muitas vezes os atores locais não sabiam oficialmente onde passavam as fronteiras, mas sabiam onde podiam plantar e caçar e onde não podiam. Portanto, mesmo quando os soberanos não sabiam onde estava o limite de seus territórios, esses súditos tinham tal conhecimento e o percorriam diariamente. Para eles, “a distinção entre o que era deles e o que não lhes pertencia não se baseava em documentos formais conservados em arquivos, em tratados ou em marcos de fronteira”. Por outro lado, nas regiões de fronteiras

Eles esperavam que se limitassem suas atividades a certos espaços estariam bem, enquanto que se penetrassem no território de outros, poderiam ser agredidos, punidos ou atacados, seus animais poderiam ser sequestrados e eles ainda seriam presos ou multados. Eles haviam observado outros seguindo estas regras ou eram ensinados por seus pais, parentes e vizinhos a assim fazer (HERZOG, 2015, pp.8-9)¹³

Os testemunhos coletados nas fontes mostram narrativas em duas direções:

por um lado, testemunhas insistiam desconhecer fronteiras e alegavam não ter qualquer prova de onde poderiam estar localizadas. Mas, por outro lado, conseguiam descrever detalhadamente onde os habitantes poderiam, ou não, vaguear, cultivar e formar pastos (HERZOG, 2015, pp.8-9).

Legalmente, as formas de reivindicar e legitimar a posse da terra não eram também muito claras, mesmo que diversas: chegar primeiro em determinado local, *descobrir*; utilizar certa área sazonalmente para colher frutos e madeira; criar gado, fazer plantações; ou mesmo

¹³ Esse e outros trechos citados do original em inglês são de tradução livre do autor.

marcar árvores com escudos (HERZOG, 2015, p.34).¹⁴ Na região platina, outras duas formas de garantir a posse foram bastante utilizadas: a conversão indígena e a penetração nos rios.

A conversão indígena tinha um papel bem claro. Uma vez batizados, os índios se tornavam cristãos, súditos do soberano e povoadores. Além disso, a conversão de alguns facilitava o contato para o comércio e a aliança com os grupos, essa sim estratégia primordial na ocupação da região. Nesse nível da realidade cotidiana, as fronteiras ibéricas parecem fronteiras indígenas na América. Não é à toa que o soldado Ulrico Schmidl, que partiu de Assunção em 1553 rumo à costa atlântica em São Vicente, deixa registrado em seu relato que: “Dejamos las canoas y el Paraná para ir por tierra en la provincia de la nación de Tupis, donde empieza la jurisdiccion del rey de Portugal.” (SCHMIDEL, 1836, p.55).¹⁵ Antes disso, o bávaro havia utilizado índios amigos, caríós, ou carijós, como carregadores e guias. Se no litoral havia tentativas de definir por onde passava a fronteira entre Portugal e Espanha – mesmo que com muita variação – no interior do território parecem ter sido as diferentes relações com os grupos indígenas o princípio definidor. Isso leva à outra forma de posse analisada por Herzog, a penetração através dos rios e o comércio com os indígenas:

muitos concordam que navegação em rio e comércio com nativos poderiam ser estabelecidos tanto nos rios quanto às margens destes. O mesmo ocorria nas rotas terrestres: caminhos descobertos ou abertos na selva poderiam tanto ser marcadores quanto mecanismos para constituir posse (HERZOG, 2015, p.34)

A posse não dependia apenas de um "*act of mind*", mas também requeria que os outros entendessem a intenção de posse. Ao fim e ao cabo, no cerne da noção de posse estava também a noção de comunicação:

¹⁴ Para um estudo detalhado sobre as diferentes formas de tomar posse do território dos impérios modernos europeus, ver SEED, 1999.

¹⁵ Tratando sobre os vestígios indígenas na cartografia do sertão americano, Glória Kok afirma que “nos roteiros e mapas, a serviço da Coroa portuguesa, o espaço do sertão foi gradativamente ordenado, medido, delimitado e fixado. Os grupos étnicos que nele viviam foram tomados como unidades fechadas e homogêneas, portadoras de uma mesma língua e de uma mesma identidade. Nos mapas, alguns grupos indígenas figuram num território fixo, delimitado por referências da “civilização” ibérica (vilas, fazendas, missões, igrejas, fortes, minas de ouro)” (KOK, 2009, p.107).



contemporâneos insistiam que protestos contra a tomada de bens deveria ser manifestada através de “atos visíveis e escancarados”. O silêncio, eles sugeriam, seria interpretado como consentimento exceto fosse provado que ignorância, medo ou outras pressões haviam impedido protestos (HERZOG, 2015, p.34).

A primeira condição de posse era portanto a penetração no território através dos caminhos e dos rios, com intenção de apropriação. A segunda era que tal fosse levado a cabo sem oposição, já que as doutrinas legais previam que protestos comprometiam a tomada de posse. A falta de protesto, ou o silêncio, era interpretada como consentimento. Por isso, os moradores de regiões fronteiriças estavam em permanente vigilância. É visível que essa situação levava em conta que as partes fossem europeias, ou ao menos integradas à sociedade europeia.¹⁶ Portanto, a política de “*better safe than sorry*” – melhor prevenir do que remediar – era bastante utilizada. Protestava-se sempre, mesmo não tendo certeza dos argumentos. Daí deriva a grande quantidade de documentos dos agentes imperiais espanhóis – padres, governadores e demais funcionários – com reclamações sobre as investidas paulistas na região do Guairá, por exemplo.¹⁷

A ideia do rio como uma fronteira de penetração já foi sugerida, principalmente a partir da análise dos mapas de Diogo Ribeiro. Agora é possível refinar um pouco a questão. Os rios foram o caminho natural de exploração e ocupação de grande parte dos espaços americanos. No caso platino, parecem ter sido também elementos da fronteira. Não estou sugerindo aqui que os rios sejam *fronteiras naturais*. Ainda em 1935, em um trabalho muito menos conhecido que seu autor, chamado *O Reno: história, mitos e realidades*, Lucien Febvre advertiu:

¹⁶ Ainda que a proposta de Herzog seja a de resgatar o papel ativo das populações indígenas perante os colonizadores, grande parte da discussão de fronteiras diz respeito a legitimar a posse perante outros europeus e não perante as populações ameríndias que habitavam a terra. O *requerimento* espanhol, documento oficial de tomada de posse, era utilizado como respaldo legal no caso de reivindicações de outras Coroas. Ainda assim, pese o absurdo das cenas de leitura do documento pelos espanhóis perante as populações nativas, o silêncio indígena perante o *requerimento* era enxergado como consentimento. Ver o trabalho já citado de SEED, 1999. Serge Gruzinski (2000) também trata da apropriação, sempre de forma desigual, da escrita e dos códigos de leis espanhóis pelos astecas do México, que utilizavam inclusive os meios legais para contestar várias ações espanholas.

¹⁷ É clara para Herzog a ligação entre os protestos feitos pelos indivíduos e o incentivo dado pelas Coroas nesse sentido, em troca de mercês. (HERZOG, 2015, p.40)



“Deixemos à astúcia de uns, à ingenuidade de outros a ‘fronteira natural’: não há senão fronteiras humanas. Elas podem ser ‘justas’ ou ‘injustas’, mas não é ‘a natureza’ quem dita a equidade ou aconselha a violência” (FEBVRE, 2000, p.66).¹⁸ Levando em conta a advertência de Febvre, é possível entender os rios platinos cartografados como *fronteiras* das duas formas já mencionadas, ora como linha que delimita, ora como vetor que penetra nos espaços não ocupados pelos europeus.

Não deixa de ser notável, nesse sentido, a justificativa expressa por Miguel de Moxica Maldonado, preso em 1621 por ter entrado em terras espanholas pelo caminho proibido. Em maio daquele ano, o capitão Juan Barba de Añasco prendeu Moxica e mais três portugueses na paragem da boca do Uvay, por estarem “sem expressa licença de sua majestade para passar aos reinos do peru”.¹⁹ Em posse dos portugueses foi encontrada uma grande variedade de mercadorias, incluindo duas meninas escravas.²⁰ Aberto o processo, foram interrogados sobre a proibição da entrada no Paraguai e Peru por aquele caminho.²¹ Todos não só alegaram que não sabiam de tal proibição, como tinham ouvido de diferentes fontes – que remetiam ao governador Hernando Arias e seu futuro substituto, o capitão Miguel Frías – que se podia passar livremente por ali. A despeito das proibições e cédulas reais, parece que nos encontramos diante de um caminho usual e bastante frequentado.²²

¹⁸ A edição de 1935 nunca foi reeditada, e apenas em 1994 surgiu uma tradução alemã. A edição da *Civilização Brasileira*, de 2000, é a primeira em língua portuguesa.

¹⁹ “Auto cabeça de processo contra unos portuguezes que vinieron por la via de San Pablo, camino prohibido. Año 1621. **Bandeirantes no Paraguai**. Século XVII. (Documentos Inéditos). São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico/Prefeitura do Município de São Paulo, 1949, citado a partir de agora como AUTO, 1621. Modernizei a escrita em relação ao original, para facilitar o entendimento.

²⁰ Trata-se de um processo bastante suspeito. José Carlos Vilardaga, que o analisou buscando as conexões dos mundos paulista e paraguaio, mostra uma trama bastante complexa, na qual os portugueses presos apenas cumpriam papel secundário. O autor sugere que as mercadorias e as escravas fossem do capitão Manuel de Frias, governador do Paraguai a partir daquele ano (VILARDAGA, 2010, pp.246 e seguintes).

²¹ A despeito de se tratar do período da união das Coroas ibéricas sob um único soberano, se multiplicam na documentação do período as normativas e denúncias a respeito da circulação de pessoas por territórios proibidos (CANABRAVA, 1984 [1944]; BOXER, 1973 [1952]; VILARDAGA, 2010).

²² Concorro aqui com Vilardaga, quando conclui que “Portanto, apesar das ameaças e das leis proibitivas, se imaginava uma passagem usual e comum, com a anuência formal do capitão Frias, braço direito de Hernando Arias e futuro governador do Paraguai (VILARDAGA, 2010, p.246).



Depois de presos, os acusados fizeram seus pedidos de súplica, buscando o perdão real. Antonio Dutra, ao falar sobre a licença real – que deveriam ter para passar por aquele caminho – afirmou que era

“verdade que vim sem ela, enganosamente entendendo que livremente passavam sem licença, como vassalos de sua Magestade, e em São Paulo não se sabe desta proibição do caminho, por quanto de quantos tem passado, nenhum tem voltado” (AUTO, 1621, p.52).

Diego Vaz e Manoel de Azevedo afirmaram que “virem sem licença é verdade, por que não sabíamos da proibição desta passagem e assim viemos com bom ânimo como vassalos do rei meu senhor por mais empregar-nos em seu real serviço nas fronteiras de suas vilas e cidades mais perigosas” (AUTO, 1621, p.52).

No entanto, o testemunho que mais nos interessa aqui é a súplica de Miguel Moxica Maldonado ao solicitar sua liberação. Para se justificar, ele também declara que não sabia da proibição, além de afirmar saber que o governador Hernando Arias teria dado “”. Depois, dizendo ser “*castellano y criado de su magestad*” pede que lhe seja dada licença para “volverme camino de san pablo pues hasta agora no enquirido en pena ninguna pues estando en medio del rio [roto] por mandado de vmd. y en esto pido justicia” (AUTO, 1621, p.52). A palavra ilegível prejudica o entendimento preciso da fala de Maldonado. Entretanto, é lícito interpretar que ele se julga inocente, pois quando foi preso ainda não tinha incorrido em crime algum, isso por estar no meio do rio, no meio do caminho, sem atravessar fronteira alguma.

Herzog afirma que, mais que terras perdidas de um Império para outro, português e espanhol, o que se observa é a penetração de ambos em espaços não ocupados pelos europeus. Frequentemente, quando se conseguia a posse da terra, ou algum assentamento, isso fazia com que o rival também buscasse aquela região. Por conta dessa dinâmica, tempos de paz eram melhores para aquisição de territórios que tempos de guerra, nos quais a vigilância era maior. Além disso, os territórios europeus no interior da região platina, *heartland* do continente sul americano, apresentavam áreas amorfas, como *fronts* e não como territórios contínuos. Eram arquipélagos de fazendas, campos e povoados, cercados por um mar de terras não ocupadas pelos europeus (HERZOG, 2015, p.34).



Articulando escalas e fronteiras: o mapa do governador Céspedes de Xeria

Em primeiro de abril de 1629 chegou à cidade de Assunção, às margens do rio Paraguai, o novo governador e capitão geral da província do Paraguai, Dom Luis de Céspedes e Xeria. Nomeado em 1625 em Madri, o governador levou quatro anos para assumir o cargo, em uma viagem repleta de infortúnios e já bastante registrada pela historiografia (TAUNAY, 1919; BOXER, 1973 [1952]; CAVENAGHI, 2011; BONATO, 2018; CINTRA; BEIER; RABELO; 2018). A última parte da viagem foi a travessia por caminhos terrestres e fluviais desde a vila de São Paulo, próxima à costa atlântica, até Assunção, passando pelo território do Guairá, atual estado do Paraná, região remota da Província do Paraguai e pouco percorrida pelas autoridades espanholas. Durante o caminho, Céspedes enviou cartas ao rei e um mapa da região que estava percorrendo. Segundo ele: “envio a vuestra magestad todo aquel Rio que andube en un boron que vine haciendo con tintas de yerbas” (AMP, 1925, p.184).²³

O mapa manuscrito de Céspedes é bastante esquemático, envolvendo variações livres de escala, sem nenhuma notação de graus e com uma pequena rosa dos ventos indicando as direções. É um dos primeiros a mostrar o interior da porção sul da América portuguesa e a região de suas fronteiras com o mundo espanhol em grande escala.²⁴ Analisado sob a ótica aqui apresentada, pode nos fornecer outros indícios da concepção de fronteira.

²³ O trecho foi retirado da “Carta del gobernador del Paraguay don Luis de Cespedes Xeria a Su Magestad dando cuenta de su llegada al Brasil y de su viaje por tierra desde San Pablo a la ciudad de Guaira, haciendo relación del estado de esta tierra y de los ríos y terrenos que atravesó para lo cual acompaña un mapa donde se indica su derrota”, arquivada no AGI, compilada, transcrita e publicada no segundo volume dos Annaes do Museu Paulista, em 1925.

²⁴ A própria trajetória do mapa gera discussão na historiografia. O problema se dá pela cópia existente no AGI (uma delas tem a referência “MP-BUENOS_AIRES, 17” e a outra “MP-BUENOS_AIRES, 17BIS”, ambas disponíveis para consulta, no site do arquivo, no Portal de Archivos Españoles (PARES), no endereço <http://pares.mcu.es/>). Cavenaghi (2011) acredita que a cópia pode ter sido feita pela equipe do Museu Paulista, versão descartada por Bonato (2018) e por Cintra; Beier; Rabelo (2018).



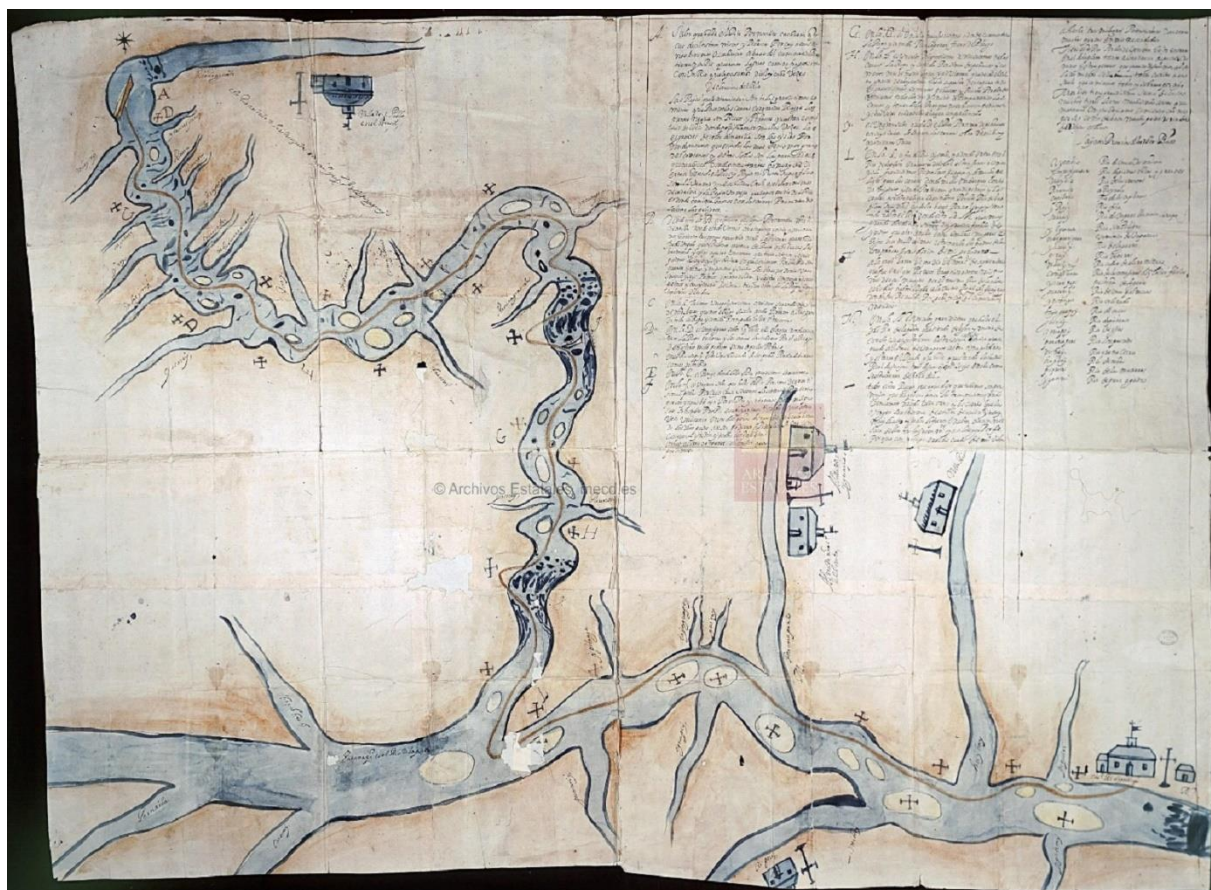


Figura 4 - Mapa del río Ayembi (actual Tietê) y del Paraná, con sus afluentes, que recorrió Luis de Céspedes Jeria, gobernador del Paraguay, al entrar en su jurisdicción desde Brasil. Archivo General de Indias, MP-BUENOS_AIRES, 17 (e 17BIS).

Analizando a hierarquização dos elementos, com uma notável hipertrofia dos rios, percebemos uma fronteira de penetração no território, uma fronteira que é móvel, que conduz o leitor continente adentro no espaço pouco ocupado e conhecido dos europeus. Não há nenhum indício no mapa de fronteiras internas ou externas ao império espanhol, tampouco à geografia dos territórios dos diferentes grupos indígenas. Entretanto, parece-me haver aqui uma articulação entre as duas formas que apresentei. Por um lado, o mapa de Céspedes mostra um *caminho* fluvial, que parece simples de ser seguido, conectando o mundo atlântico ao mundo paraguaio, uma fronteira vetor. Por outro, as linhas da margem dos rios mostram uma fronteira delimitada, já não mais com outros impérios e populações, mas com um espaço em branco no mapa, espaço ainda não domesticado e dominado pelos europeus.

Parte aqui o pressuposto de que os elementos selecionados para figurarem ou serem omitidos dos mapas são escolhas do cartógrafo, feitas a partir de seus objetivos em cada caso. O mapa de Céspedes foi elaborado para mostrar ao rei e ao alto escalão administrativo sua viagem, acompanhando suas cartas. De qualquer forma, não deixa de ser notável o espaço em branco, não dominado, que em silêncio toma grande parte do mapa, enquanto os olhos do leitor percorrem o caminho fluvial realizado pelo governador. O mapa de Céspedes deixa transparecer portanto o caráter dual dos rios americanos. Ao mesmo tempo em que mostra o conhecido, o caminho a percorrer, que apesar dos perigos é superado, sugere seu oposto, sua ausência: todo o restante do espaço extra margens.

O signo *rio* circunscreve a visão do narrador/cartógrafo, que não vê nada além da mata fechada das margens, com breves exceções, quando é necessário transpor algum salto e se realiza o *passo* pela margem. A maior parte do mapa é a folha em branco, é o espaço *fora do rio*. A margem divide assim o que não é ainda dominado e nomeado, portanto não podendo ser domesticado no desenho. Tratam-se aqui de espaços e caminhos que, embora percorridos desde o século anterior e densamente povoado de populações indígenas, ainda não haviam sido cartografados em grande escala pelos europeus. Céspedes se assemelha assim ao capitão Marlow do romance conradiano, enquanto sobe o grande rio africano cada vez mais oprimido pelo peso de suas misteriosas margens.²⁵

As travessias dos rios sempre foram momentos de tensão nas expedições europeias. No relato de sua viagem de Assunção ao Peru, Francisco Ortiz de Vergara conta que andou por quatorze jornadas em caminho despovoado, sempre com medo dos indígenas da região, até chegar em um rio “muito largo, ainda que raso”, pelo qual passaram com muito cuidado, porque “os índios nossos amigos que iam adiante sempre descobrindo o campo, vieram me dizer como na outra margem haviam visto gente” (AGI, PATRONATO, 29, 19).

Portanto, o rio diz respeito a outra divisão, outro nível de *fronteira*, que marca o espaço já percorrido e de alguma forma *domesticado* frente ao restante do mapa, não dominado pelos europeus, sendo assim em branco. Mesmo que quase imperceptível, sutil e fugidio, esse

²⁵ O objetivo de Marlow é resgatar o capitão Kurtz num dos mais famosos romances do autor, *No coração das trevas*. (CONRAD, 2011)

elemento pode ser analisado a partir dos escritos de Michel de Certeau. Uma das histórias mais famosas de Guimarães Rosa conta a saga de um homem que largou tudo, inclusive a família, que vivia às margens do rio, para viver navegando em uma canoa de pau de vinhático, sem intenção de voltar a pisar em terra firme, só executando “a invenção de permanecer naqueles espaços do rio, de meio a meio, sempre dentro da canoa, para dela não saltar, nunca mais” (ROSA, 2001, p.80).

Rosa dá o título de *A terceira margem do rio* à sua história. Coincidência ou não, Michel de Certeau utiliza a mesma noção para enfrentar o problema teórico da fronteira na cartografia: “A quem pertence a fronteira? O rio, a parede ou a árvore *faz* fronteira. Não tem o caráter de não-lugar que o traçado cartográfico supõe no limite. Tem um papel mediador” (CERTEAU, 2008, p.213). Como um desdobramento da ilusão de saber, o traço bidimensional da fronteira no papel ganha contornos tridimensionais e simbólicos na análise de Certeau. O mesmo pode ser dito das margens dos rios. Quase a totalidade das primeiras incursões europeias na porção meridional da América teve como caminho natural os rios que banham abundantemente aquela parte do continente. Como o personagem de Guimarães Rosa, os europeus se colocavam *entre os espaços do rio*, conhecendo pouco ou nada o exterior de suas margens.

O desconhecido, entretanto, também funcionava como passagem. Os dois aspectos ficam visíveis no mapa de dom Luis Céspedes ao esboçar um mapa-itinerário de sua viagem até Assunção: o completo vazio do não-domesticado fora das margens contrasta com a unicidade e facilidade da ligação entre São Paulo e Assunção. O rio é fronteira que articula, já que “é também uma passagem. No relato, a fronteira funciona como um terceiro. Ela é um “entre dois” – um espaço entre dois” (CERTEAU, 2008, p.213).

A partir das reflexões sobre a fronteira, encontramos uma chave de leitura para o mapa de Céspedes. Deparamo-nos um espaço concebido como homogêneo – ainda que seus elementos sejam hierarquizados, como os rios – e dominado no desenho, enquanto seu oposto – a grande massa territorial ainda desconhecida, da qual os espanhóis tem nessa altura pouco ou nenhum controle – permanece nos silêncios que o mapa guarda, do outro lado da fronteira.



Referências bibliográficas

Fontes Manuscritas

AGI, PATRONATO, 294, N.14;

AGI, PATRONATO, 48, R.14;

AGI, PATRONATO, 29, 19;

AGI, CHARCAS, 27;

AGI, PATRONATO, 29, R.32;

Fontes impressas

Annaes do Museu Paulista, Tomo Primeiro. São Paulo: Officina do Diário Oficial, 1925.

Bandeirantes no Paraguai. Século XVII. (Documentos Inéditos). São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico/Prefeitura do Município de São Paulo, 1949.

Carta de Luis Raminez a su padre desde el Brasil (1528): orígenes de lo ‘real maravilhoso’ em el Cono sur. Introducción, edición, transcripción y notas Juan Francisco Maura. Coleção Textos de la revista Lemir. 2007. Disponível em: <parnaseo.uv.es/Lemir/Textos/Ramirez.pdf>. Acesso em 13 de julho de 2016.

Diário da Navegação da armada que foi à Terra do Brasil, em 1530, sob a capitania-mor de Martin Affonso de Souza, escripto por seu irmão Pero Lopes de Souza, publicado por Francisco Adolfo de Varnhagen. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1839.

HERRERA, Antonio de. *Descripcion de las Indias Occidentales* (1601). Madri: Oficina Real de Nicolas Rodriguez Franco, 1730.

Relacion de Hernando de Ribera [1545]. *Revista del Instituto paraguayo*, Ano IV, n.36, pp. 419-434, 1902.

SCHMIDEL, Ulderico. *Viage al Rio de La Plata y Paraguay*. Introdução de Pedro de Angelis. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1836.

Bibliografia



Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, Nº 26, p. 198-229, Jan./Jul., 2019.
<http://revista.anphlac.org.br>

BONATO, Tiago. *Articulando escalas: cartografia e conhecimento geográfico da Bacia Platina (1515-1628)*. 354f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. [1.^a ed. 1952] São Paulo: Companhia Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata: 1580-1640*. [1.^o ed. 1944] Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

CAVENAGHI, Airton José. A construção da memória historiográfica paulista. Dom Luiz de Céspedes Xeria e o mapa de sua expedição de 1628. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.19, n.1, pp. 81-109, jan.- jun. 2011.

CINTRA, J., BEIER, J. R., RABELO, L. Affonso de Taunay e as duas versões do mapa de D. Luis de Céspedes Xeria (1628). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, vol.26, pp.1-53, 2018.

CONRAD, Joseph. *No coração das trevas*. São Paulo: Editora Landmark, 2011.

CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira. *Portugaliae Monumenta Cartographica*, vol.1. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo 1. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, s/d [1957].

CORTESÃO, Jaime. *A fundação de São Paulo, capital geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

FEBVRE, Lucien. *O Reno. Histórias, mitos e realidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRUZINSKI, Serge. *La colonización de lo imaginario*. Sociedades indígenas y occidentalización en el México español. Siglos XVI-XVIII. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

HARLEY, John Brian. *La nueva naturaleza de los mapas*. Ensayos sobre la historia de la cartografía. México: Fondo de Cultura Ecocómica, 2005.

HERZOG, Tamar. *Frontiers of possession Spain and Portugal in Europe and the Americas*. Massachusetts: Harvard University Press, 2015



KANTOR, Íris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil, polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia História*, Belo Horizonte, vol.23, n.37, pp.70-80, Jan/Jun 2007.

KOK, Glória. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, vol.17, n.2, pp.91-109, jul-dez 2009.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. Seleção de textos, revisão crítica e apresentação Heliana Angotti Salgueiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

LOIS, Carla. *Mapas para la nación*. Episódios en la historia de la cartografia argentina. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2014.

MARTÍN-MERÁS, Luisa. *Cartografía marítima hispana. La imagen de América*. Madrid: Lunwerg for Ministerio de Obras Públicas, Transportes y Medio Ambiente, 1992.

MORAES, Antônio C.R. de. O Sertão: um outro geográfico. *Terra Brasilis* [Online], vol. 4-5, 2003, pp.1-8.

MORAES, Antônio C.R. de. Território, região e formação colonial. Apontamentos em torno da Geografia Histórica da Independência Brasileira. In: CARBÓ, Eulalia Ribera; VARGAS, Hector Mendoza; MARTÍN, Pere Sunyer (coords). *La integración del territorio en una idea de Estado. Mexico y Brasil, 1821-1946*. Mexico: UNAM-Instituto de Geografía; Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 2007.

NOWELL, Carles E. Aleixo Garcia and the White King. *The Hispanic American Historical Review*. Durham, vol.26, n.4, pp.450-466, 1946.

O'GORMAN, Edmundo. *A invenção da América*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

OLARTE, Mauricio. *Las máquinas dei império y el reino de Dios*: reflexiones sobre ciência, tecnologia y religion en el mundo atlântico del siglo XVI. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2013.

PADRON, Ricardo. *The spacious word*: cartography, literature, and empire in early modern Spain. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

RIBEIRO, David. W. A. *Cartografia das relações: as condições da produção intelectual e os percursos da escrita histórica de Jaime Cortesão no Brasil (1940-1957)*. 260 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ROSA, Guimarães. *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. [Primeira edição: 1978] São Paulo: Edusp, 2002.



SEED, Patricia. *Cerimônias de Posse na Conquista Européia do Novo Mundo (1492-1640)*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

TAUNAY, Affonso. Na era das bandeiras. Estudos de história colonial paulista. Revista do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro. Rio de Janeiro, t. 84, 385-531, 1919.

VEGA, Alejandra. *Los andes y el território de Chile en el siglo XVI. Descripción, reconocimiento e invención*. Santiago: Direccion de Bibliotecas Archivos y Museos, 2014.

VILARDAGA, José Carlos. *São Paulo na órbita do Império dos Felipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. 398 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

